

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

Meirilene Freitas Rodrigues

**O SER NEGR@ NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL, DO DISTRITO DE ANTÔNIO DIOGO, REDENÇÃO (CE).**

**Redenção
2016**

Meirilene Freitas Rodrigues

**O SER NEGR@ NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO
INFANTIL, DO DISTRITO DE ANTÔNIO DIOGO, REDENÇÃO (CE).**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades sob a orientação da Professora Doutora Geranilde Costa e Silva.

**Redenção
2016**

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

R611 Rodrigues, Meirilene Freitas.

O ser negr@ na perspectiva de crianças da educação infantil, do Distrito de Antônio Diogo, Redenção (CE). / Meirilene Freitas Rodrigues. – Redenção, 2016.

51 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva.
Inclui Figuras, quadros e referências.

1. Educação de crianças. 2. Relações étnicorraciais. I. Título

CDD 649.1

Meirilene Freitas Rodrigues

**O SER NEGR@ NA PERSPECTIVA DE CRIANÇAS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL, DO DISTRITO DE ANTÔNIO
DIOGO, REDENÇÃO (CE).**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades sob a orientação da Professora Doutora Geranilde Costa e Silva.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^ª Dr.^ª Geranilde Costa e Silva/UNILAB
(orientadora)

Prof.^ª Dra. Izabel Cristina dos Santos Teixeira/UNILAB

Prof. Dr. Luís Eduardo Torres Bedoya/UNILAB

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia; ao meu esposo Francisco Gilberlan Rodrigues que tem sido um companheiro dedicado e compreensivo, dividindo comigo os momentos de dificuldades da mesma forma que os momentos de alegria. Que nosso amor seja construído a cada dia e que tenhamos sempre a certeza de que a nossa felicidade será eterna; de modo especial à minha filha Isadora Freitas Rodrigues, por todo amor e carinho que tem me dedicado. Pelos gestos de carinho, pelas palavras inocentes e tão cheias de sabedoria e ensinamento. Por tudo que me faz acreditar o quanto são fortes os filhos e quanto nos ajudam tornando nossos dias cheios de benção e paz.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me levantar e manter de pé todas as vezes que titubeei. Pelas forças que me fez encontrar através da Sua Misericórdia e por ter me concedido a luz e serenidade nos momentos em que não me senti capaz; aos meus avós Francisca Alvina de Freitas e Manuel de Freitas, que contribuíram para minha formação de cidadã. A minha mãe Maria de Fátima Freitas Lima, que é exemplo de mulher batalhadora; ao meu amado esposo Francisco Gilberlan Rodrigues e minha querida filha Isadora Freitas Rodrigues, pela compreensão e carinho. Pelos momentos que fui obrigada a privá-los de minha companhia e ainda assim recebi todo apoio. Pelo companheirismo por fazerem parte da minha vida e por todos os momentos felizes que compartilhamos.

A professora/orientadora Geranilde Costa e Silva pela dedicação com que abraçou meu projeto, pelos ensinamentos, paciência e confiança ao longo do trabalho.

Aos amigos que estiveram comigo e me incentivaram desde o início me dizendo que eu era capaz; A diretora, as coordenadoras, a professora e a todos os funcionários da Instituição onde a pesquisa foi realizada, meu muito obrigada pela colaboração de todos.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

(Nelson Mandela)

RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo pesquisar as concepções que as crianças da Educação Infantil têm sobre o ser negr@. Desenvolvi esse estudo junto a uma escola de Educação Infantil, pertencente à rede municipal de Redenção (Ce), mais especificamente no Distrito de Antônio Diogo. Como metodologia de pesquisa, ou seja, para a produção dos dados realizei a técnica da observação participante. Dessa forma, busquei, então, captar o movimento existente em uma sala de aula, com crianças de 05 (cinco) anos de idade, estando esse diretamente ligado às ações e concepções acerca do ser negr@. Dessa forma, pude além de conversar com as crianças sobre o ser negr@ desenvolver uma intervenção acerca dessa temática. Para desenvolver esse estudo parti inicialmente de experiências pessoais escolares, no âmbito da Educação Infantil, momento em fui vítima de racismo em função da cor de minha pele marrom. Daí trouxe a seguinte pergunta de pesquisa: quais as concepções que as crianças da Educação Infantil têm sobre o ser negr@? Para discutir o tema da Educação Infantil me amparei no pensamento de Kramer (2006), Faria (2002), Junior (2012), Rosemberg (2012), etc.. No entanto, para tecer reflexões relativas à temática negra e a Lei nº 10.639/2003 busquei o pensamento de Godoy (1996), Fazzi (2000) Rodrigues (2010), Oliveira (2010), Cavalleiro (2001), Gomes (2005), Silva (2009), etc.. Como resultado desse estudo pude evidenciar, de um lado, que as crianças compreendem que ter traços negros, e mais precisamente ter a pele negra ou marrom é estar diretamente ligado aos/as african@s e, portanto, fazer parte de um contingente populacional não valorizado socialmente. De outro, percebi o quanto a escola e, especialmente, os/as educadores/as também carecem de refletir sobre o que é ser negr@ no Brasil, no Ceará e mais precisamente em Redenção, de modo a construir estratégias pedagógicas que contribuam com que as crianças respeitem e valorizem as pessoas negras, bem como a cultura africana e afro-brasileira da qual fazem parte.

Palavras-Chave: Ser Negr@; Educação Infantil; Relações étnicorraciais; Historia de Vida.

ABSTRACT

This term paper aimed to investigate the conceptions that children from kindergarten have about being black. I developed this study with Childhood Education Center Pedro Fernandes Costa that belongs to the municipal public school from Redenção (Ce), specifically in Antonio Diogo District. As research methodology, in other words, for the production of data I realized the participant observation technique. So I sought to capture the existing movement in a classroom with children of five (05) years old, being this directly related to the actions and conceptions about being black. That way I could further talking to the children about being black, to develop an intervention on this theme. To develop this study I started for school personal experiences from the framework of childhood education, moment when I was victim of racism because of my brown skin. Therefrom it is that brought the following research question: what are the conceptions that children from kindergarten have about being black? To discuss the topic of Childhood Education I took shelter at the thought of Kramer (2006), Faria (2002), Junior (2012), Rosenberg (2012), etc .. However, to weave reflections on the black theme and the Law 10.639 / 2003 I sought the thought of Godoy (1996), Fazzi (2000) Rodrigues (2010), Oliveira (2010), Cavalleiro (2001), Gomes (2005), Silva (2009), etc .. As results of this term paper I could experience, on the one hand, that children understand that they have black lines, and more precisely to have black or brown skin is to be directly connected to the Africans and therefore make part of a non-valued population contingent socially. On the other, I realized how much the school and especially the teachers they also need to reflect on what is being black Brazil, Ceará and more precisely in Redenção, in order to build pedagogical strategies that contribute to the children respect and value the black people, as well as African and Afro-Brazilian culture to which they belong.

Keywords: Being black; Child education; ethnic racial relations; Life's history.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA DA PESQUISA.....	14
2.1. Formação educacional inicial	16
2.2. Vida pessoal e profissional	19
2.3. Início da formação acadêmica	21
3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEI Nº 10.639/03 NA ESCOLA	26
A SALA DE AULA- DO DESRESPEITO AO SER NEGR@	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXOS	50

1- INTRODUÇÃO

Esta monografia teve por objetivo pesquisar sobre O ser negr@ na perspectiva dos/as estudantes da Educação Infantil pertencentes ao distrito de Antonio Diogo, Redenção, no Ceará. Para tal, busquei explicitar os diversos aspectos que dinamizam a prática educativa e tendo em vista as crianças, busco evidenciar sua percepção sobre a questão do ser negro/a e temas relativos a debates fomentados sobre estes/as inseridos na contribuição da realidade brasileira. Nesse sentido, busquei perceber como a discriminação e o racismo se evidencia no cotidiano escolar, sendo esse, um dos ambientes escolares representativos da sociedade e das dinâmicas sociais e culturais que compõe a realidade brasileira.

Tomando como pressuposto a Lei nº 10.639 de 2003, promulgada pelo então Presidente em exercício Luiz Inácio Lula da Silva, a referida lei determinou a obrigatoriedade do ensino da História africana e afro-brasileira no espaço escolar. Nesse contexto é pertinente refletir sobre como essa lei insere-se na discussão de uma educação que rompa com as discriminações e o racismo enfrentado pela população negra ao longo de nossa história brasileira e nessa perspectiva proponho refletir sobre como o ser negro é percebido e é refletido dentro da escola pelas crianças da Educação Infantil.

A partir desses eixos, reflito sobre como a discussão sobre o Ser Negr@ no ambiente da educação infantil corrobora ou não para a eliminação de práticas discriminatórias e excludentes, vivenciadas por estes/as, no ambiente da educação infantil.

O meu interesse por essa temática de pesquisa está diretamente relacionado à minha história de vida. Sou uma mulher negra e, agora, inserida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), comecei a refletir sobre as temáticas referentes às relações étnico raciais e à contribuição da comunidade negra para a formação do Brasil. Nesse sentido, passei a estudar e me apropriar de diversos conceitos sobre a temática, comecei a recordar momentos em que fui vítima de racismo, em meio ao meu percurso escolar. Daí, me interessei em estudar, por meio desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que concepções as crianças da Educação Infantil têm sobre o Ser Negr@.

A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil, situado no distrito de Antônio Diogo, distante 11 km de Redenção (Ce), cidade esta que sedia a UNILAB. Sendo uma escola pública, essa entidade educacional possui 05 (cinco) turmas pela manhã e 03 (três) à tarde, possuindo, em seu corpo docente, 07 (sete) docentes e, ainda, 15 funcionários distribuídos em diferentes funções. A escola recebe alunos das turmas do Infantil III ao Infantil V.

Desenvolvi uma observação participante junto a uma turma do Infantil V, crianças com 05 (cinco) anos de idade, composta por 17 estudantes, sendo 09 (nove) do sexo feminino e 08 (oito) alunos do sexo masculino.

Oliveira (2008) pondera que a pesquisa centralizada na observação participante se pauta na relação do pesquisador em inserir-se no espaço pesquisado e atribuir reflexões, a partir do cotidiano vivenciado por grupos da pesquisa envolvida. E, pensando esse tipo de pesquisa no espaço escolar esse autor diz: *“O pesquisador, com essa técnica, terá o livre trânsito no local, podendo realizar suas observações, interagir com os sujeitos até chegar à análise dos dados, obtendo ou não as conclusões de sua pesquisa.”* (OLIVEIRA, 2008, p. 11). A pesquisa foi realizada entre o período de setembro a novembro de 2015, no turno da tarde.

A partir do intuito deste trabalho monográfico, desenvolvi minhas reflexões ancoradas em diversos/as autores/as que auxiliam acerca da compreensão do que é ser *negr@* na sociedade brasileira, e mais especificamente, perceber o *negr@* inserido/a no ambiente escolar da Educação Infantil, de modo que, a escola passa a ser o ambiente onde práticas sociais são desenvolvidas e tomando como pressuposto a criança nesse contexto. Nesse sentido, é importante atentar para o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a lei N° 9.394, no art. 29 quando se reporta à Educação Infantil: *“tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”*.

A partir do contexto da LDB, posso tomar como base a importância que a Educação Infantil desempenha do desenvolvimento das crianças e, portanto, a reflexão sobre a comunidade negra no ambiente escolar torna-se preponderante, a fim de contribuir para que desde muito cedo, as crianças possam dialogar sobre as realidades

que compõe o Brasil levando em consideração a contribuição negra. O trato da Lei nº 10.639/03 no ambiente escolar passa a ser necessária, na medida em que, como reflexo da sociedade, o ambiente escolar evidencia também discrepâncias sociais, postas sobre a comunidade negra e sua presença na sociedade brasileira. A partir dessa abordagem, situo meu debate sobre o que Cavalleiro (2001) argumenta:

Um olhar superficial sobre o cotidiano escolar dá margem à compreensão de uma relação harmoniosa entre adultos e crianças; negros, brancos. Entretanto, esse aspecto positivo torna-se contraditório à medida que não são encontrados no espaço de convivência das crianças cartazes, fotos ou livros infantis que expressem a existência de crianças não brancas na sociedade brasileira (CAVALLEIRO, 2001, p. 145).

Na proposta desta reflexão, pondero que a discussão da Lei nº 10.639/03, na Educação Infantil, é de fundamental importância, pois vivemos em país plural e diverso culturalmente. Dessa forma, as contribuições da população negra para a formação de nossa sociedade devem estar presentes no currículo da Educação Infantil, o que, por certo, permitirá a construção de uma identidade negra positivada, como defende Gomes (2003) ao dizer “*Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo que, para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as).*” (Gomes, 2003, p. 5). A partir desta abordagem, proponho minha reflexão sobre o ser negr@, no ambiente escolar, e busco evidenciar como as crianças do Infantil V da Instituição analisada, refletem sobre as questões relativas às temáticas negras e busco argumentar como as crianças em seu cotidiano dialogam sobre a temática negra e sua presença a partir da realidade social que compõe.

Nesse intuito é que no primeiro capítulo deste trabalho, faço uma exposição de elementos de minha vida, busco explicar como minhas vivências, no ambiente escolar e, mais especificamente, na Educação Infantil, foram preponderantes para a criação deste trabalho. No segundo capítulo, desenvolvi um panorama da Educação Infantil e da relação que esta tem com Lei nº 10.639/2003. Para tanto, reflito sobre como o ambiente escolar contempla a Educação Infantil e como é posta a temática elencada pela referida lei. No terceiro momento desta abordagem, situei a pesquisa realizada em uma Instituição de Educação Infantil no Distrito de Antonio Diogo, de modo que proponho

demonstrar sobre como a reflexão do Ser negr@ é posta no cotidiano do ambiente escolar.

2. MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA DA PESQUISA

Para dar início a esse Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, julgo importante explicar como se deu o meu interesse em pesquisar *O ser negr@ na perspectiva de crianças da Educação Infantil*, junto ao Distrito de Antônio Diogo, em Redenção (CE). Para tal me amparo nas ideias de Petit, quando esta diz:

[...] todo projeto de pesquisa tem a marca indelével das motivações do pesquisador, declaradas ou não [...] tem uma história cuja gênese frequentemente situa-se muito antes do próprio processo de pesquisa, tendendo a determinar algumas de suas feições e contradições ulteriores. Devido a nossa formação objetivista, raramente a mencionamos, até porque nem sempre temos a clareza dela e de seus efeitos sobre a pesquisa (PETIT, 2001, p. 126).

Daí, inicio esse estudo monográfico, relatando um pouco de minha história de vida e as implicações que tenho como o ser negr@. Sou Meirilene Freitas Rodrigues, nasci em 29 de julho de 1986, na cidade de Fortaleza (Ce). Porém, logo após meu nascimento, a família mudou-se para o interior do estado, para casa dos pais de minha mãe, localizada em Antônio Diogo, distrito de Redenção (Ce), onde, ainda hoje, moramos. Isso porque minha mãe não conseguiu conciliar o trabalho e cuidar dos filhos pequenos, principalmente, depois que meu pai a abandonou, sem grandes justificativas. Sou de origem humilde, filha de “mãe solteira”, empregada doméstica, que tinha a necessidade de trabalhar para sustentar a mim e aos meus irmãos, sendo duas meninas e dois meninos. Por esse motivo, fui criada por meus avós que são agricultores e com muitas dificuldades, conseguiram manter o sustento da família. Frente a tal situação, fomos ensinados a ajudar meus avós na agricultura.

Minha infância foi muito precária, devido às condições em que vivíamos, com a falta de água potável perto de casa, pois morávamos em uma área rural, distante do centro da cidade. Daí tínhamos que pegar água em cacimbas distantes. A alimentação vinha da agricultura familiar. Com isso, era necessário colher o alimento na roça e esta ficava em uma serra a quilômetros de distância da casa de meus avós. Para ir à escola ou a qualquer outro lugar, andávamos a pé cerca de quase dois quilômetros todos os dias, pois não havia transporte para ajudar na locomoção. Minha avó era muito irritada, brigava e batia muito em mim e em meus irmãos e primos. Ela dizia que nós éramos preguiçosos e quando nos mandava fazer algo, se não fizéssemos na mesma hora, já era

um motivo para ela nos bater. Se ela chamasse por um de nós e este estivesse na casa de um vizinho, quando chegasse era castigado fisicamente e também ficava de castigo. As formas de castigo dela eram na base do “chicote”, algo muito comum na época. No entanto, hoje, eu compreendo que minha avó teve uma vida muito difícil, vivia irritada e muito cansada, pelo fato de que, em idade avançada, se ver na obrigação de dar conta dos trabalhos diários (casa e agricultura), além da responsabilidade de criar tantos netos, se todos nós tínhamos pais. No entanto, confesso que sofri bastante com essas agressões. A respeito da violência contra a criança e adolescente é possível dizer que:

(...) existem evidências de que as crianças brasileiras, comumente, estão expostas a diversos tipos de agressões, camufladas de castigos físicos, cruéis ou humilhantes. Estes tristes episódios acontecem quando na intenção de disciplinar, muitos pais utilizam métodos violentos, sempre acompanhados de insultos e xingamentos, o que agrava o quadro de intimidação da criança, que além de agredida fisicamente sofre com isolamento, rejeição, ameaças e outras tantas formas de prejudicar o desenvolvimento psicológico e o bem-estar de uma criança. (COSTA E RIBEIRO, 2010, p.9).

A violência contra criança, segundo os autores citados, é associada a uma forma que os pais tinham de educar os/as filhos/as, impor limites e disciplina. Contudo, esse tipo de comportamento, muitas vezes, leva a criança a tornar-se um adulto revoltado e com problemas de comportamento.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, passou a haver uma proteção mais abrangente a esses indivíduos, o que representou um avanço cultural na sociedade brasileira, considerando-os como parte integrante da família e com direitos ao respeito, à dignidade, liberdade, alimentação, à educação, lazer, entre outros.

Contudo, apesar de todo esse contexto anteriormente exposto, houve também muita alegria em minha infância, tais como: brincadeiras saudáveis, liberdade de correr, sorrir, inventar e criar.

Minhas primas e eu quando não estávamos ajudando nossos avós na roça ou nos afazeres domésticos, costumávamos brincar de pique-esconde, cabra-cega, escravos de Jó, pula corda e outras brincadeiras saudáveis que exigiam a criatividade da criança, o que, hoje em dia, dificilmente acontece, pois os brinquedos já se encontram prontos no mercado, e a mídia, em sua grande maioria, contribui, de um lado, para que os pais

pratiquem um consumo exagerado e, de outro, que as crianças não sejam tão criativas quanto à forma de brincar. Sobre as brincadeiras antigas, Suzana Meneses (2005) salienta que:

Ao brincar, a criança está correspondendo a necessidades vitais, dando razão a impulsos que a permitem desenvolver-se como ser pleno e afirmar sua existência singular; mostrando que o divertimento libera a criatividade e que as brincadeiras antigas como amarelinha chicotinho queimado e cabra-cega contribuem para liberar o lado lúdico e que resgatar brincadeiras infantis é buscar-se a si mesmo favorecendo a convivência e elevando a um aprendizado adequado. (MENESES, p.11).

Toda essa trajetória de minha infância, mesmo em meio a pontos negativos, me trazem ótimas lembranças e que levarei comigo para sempre, amo meus avós que me criaram e amo estar no seio familiar, relembrando os velhos tempos.

1.1 Formação educacional inicial

No ano de 1991, eu tinha 05 (cinco) de idade de idade, e passei a frequentar a Creche Cecília Pereira, que ficava no centro do distrito de Antonio Diogo. Foi lá que iniciei minha vida escolar, junto com minhas primas. Estudei nesta instituição até o ano de 1993, do maternal à alfabetização. Depois, fui transferida para a Escola Camilo Brasiliense, localizada no mesmo distrito. Lá, estudei até o ano de 1998, concluindo a 5ª série. Lembro-me com muita saudade das brincadeiras, dos amigos que conquistei e principalmente de uma professora, chamada Carmem Silvia, que marcou minha infância, positivamente. Ela foi meu alicerce na educação infantil, me incentivou muito, principalmente, na leitura, me colocava para ler textos e eu adorava tais atividades, ainda me chamava para escrever na lousa e me elogiava na frente dos colegas. Sobre a importância do professor na vida do aluno/a, Brust (2009) afirma:

A aprendizagem escolar depende, basicamente, dos motivos intrínsecos: uma criança aprende melhor e mais depressa quando se sente querida, está segura de si e é tratada como ser singular (...). Se a tarefa escolar atender aos seus impulsos para a exploração e a

descoberta, se o tédio e a monotonias forem banidos da escola, se o professor, além de falar, souber ouvir e se propiciar experiências diversas, a aprendizagem infantil será melhor, mais rápida e mais persistente. Os motivos da criança para aprender são os mesmos motivos que ela tem para viver. Eles não se dissociam de suas características físicas, motoras, afetivas e psicológicas do desenvolvimento (RODRIGUES, 1976, p.173 apud BRUST, 2009, p.25).

A autora mostra que a relação professor/aluno deve ser a mais estreita possível, com a finalidade de fazer da escola um ambiente motivador e acolhedor, propiciando interação entre ambos.

Certa vez, esta mesma professora me propôs que fosse morar com ela, pois ela vivia sozinha e gostava muito de mim, eu sentia que ela se interessava pelo meu bem estar, pois tinha conhecimento do meu sofrimento em morar longe da escola e do meu interesse em estudar. Respondi, então, a professora Carmem que iria pedir permissão aos meus avós para ir morar com ela, mas como qualquer criança, preferi ficar com meus familiares, mas continuamos muito unidas. Quando iniciei a 6ª série em 1999, mudei de escola e passei a frequentar o Casimiro Araújo Campos, localizado, também, em Antônio Diogo, instituição em que conclui o ensino fundamental em 2001.

Lembro-me que, antes das aulas, tínhamos que ficar enfileirados para cantar o hino nacional. Depois disso, éramos conduzidos para a sala onde a professora iniciava as atividades. Gostava de ler textos em voz alta, escrever na lousa e responder as perguntas que a professora apresentava na aula, por isso, me destacava entre os discentes e era elogiada pelos/as professores/as. Essa prática de estimular os/as alunos/as, dando-lhes atenção, carinho e elogiando, se torna uma estratégia pedagógica necessária para que a estrutura cognitiva da criança possa operar. Sobre tal aspecto, Paulo Freire (1996) diz:

O bom educador é o que consegue enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim, um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 1996, p.96).

Em 2002, dei início ao ensino médio na Escola Camilo Brasiliense, no distrito de Antonio Diogo. Concluir essa etapa de estudos foi um dos primeiros desafios de minha vida, pois em minha família ninguém ainda havia chegado, e muito menos concluído o ensino médio, até então. Eram muitas responsabilidades e eu tinha orgulho de mim, apesar de receber poucos elogios por parte de meus familiares, ainda assim, tinha uma auto-estima elevada para continuar os estudos, mesmo em meio a defasagem que permeava a família em relação aos estudos.

No período de 2002 a 2004, me vi, muitas vezes, sonhando em concluir o ensino médio e ser aprovada junto à Universidade, muitos/as docentes estimulavam os alunos a estudar bastante, fazer simulados para o vestibular, isso me enchia de esperança, pois eu poderia ser a primeira pessoa a conseguir tal feito, dentro de minha família.

Em 2004, quando ainda cursava o 3º ano do ensino médio, então um professor fez minha inscrição no Programa Universidade para Todos - PROUNI¹, programa do Governo Federal que concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. Aguardei, ansiosamente, pelo resultado e, quando tomei conhecimento de que tinha sido aprovada, fui tomada por uma imensa felicidade, momento este em que toda minha família me parabenizou por tal conquista.

Fui contemplada com uma vaga junto ao curso de Letras, na Faculdade da Grande Fortaleza - FGF, no período certo, fiz minha matrícula, e aguardei o início das aulas. Nesse sentido, a Universidade, enquanto estrutura da Educação ocupara um lugar de grande esperança em minha vida. Sobre o lugar da Educação em nossa sociedade, Santos (2006), preconiza que:

(...) a educação, num contexto de crise ambiental causada pelo paradigma ainda dominante, torna-se a grande esperança para o futuro, já que ela representa o local apropriado para a sociedade se reencontrar com a natureza e desenvolver valores e comportamentos ambientalmente éticos, tal como a responsabilidade – perante o futuro desenhando e projetando a utopia de um mundo mais justo, numa profunda reeducação dos hábitos de consumo e de acumulação de

¹ O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. <http://portal.mec.gov.br>.

bens. Só assim será possível construir uma sociedade de iguais, com uma economia solidária baseada na extensão de um modo de vida sustentável para todos. (SANTOS, 2006, p.12).

1.1 Vida pessoal e profissional

Em meio à alegria de poder dar início a um curso, junto a uma Faculdade, também me vi frente a outro desafio, isso porque teria que morar em Fortaleza, com minha irmã, conseqüentemente, teria que trabalhar e, assim, contribuir com as despesas. Em meio a essa questão, tomei conhecimento de que estava grávida de meu atual esposo, de modo que decidi então interromper o sonho de ser estudante universitária, e casei. Todavia, passei anos me lamentando por ter perdido esta oportunidade.

Já em 2005, comecei uma jornada nova e desafiadora, pois ingressei no Brasil Alfabetizado, que é um projeto do Governo Federal, voltado a alfabetizar jovens, adultos e idosos. O projeto tinha como objetivo principal:

Promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. (BRASIL, MEC, 2003).

Esse desafio de alfabetizar pessoas que não tiveram chance de estudar no tempo certo me encheu de vontade de vê-los, dia após dia, aprendendo, letra por letra, de seus nomes. Com esforço e dedicação, planejava aulas dinâmicas e atrativas, a fim de torná-las de fácil entendimento e, ao mesmo tempo, agradável para os/as alunos/as. Como a faixa etária dos/as discentes era diversificada, fazia-se necessário agrupá-los/as, de acordo com o conhecimento que possuíam e, ao mesmo tempo, misturá-los/as para que houvesse interatividade entre a turma, e com isso, a troca de experiência. Cada aula era pensada e elaborada cuidadosamente para não se tornar uma tortura para eles/as, daí, buscava despertar a curiosidade e envolvê-los/as em brincadeiras e desafios, ler histórias

e, ainda, pegar na mão para ajudar na escrita. Por várias vezes, fiquei preocupada com a turma, pois devido ao cansaço físico, após passarem o dia trabalhando na agricultura, alguns faltavam constantemente às aulas e/ou desistiam da escola. Contudo, os/as que permaneceram e perseveraram, até o fim, foram vitoriosos/as e conseguiram fazer o que antes era improvável, aprenderam a escrever seus nomes e ler textos básicos. Tal conquista me deixava bastante feliz, pois tinha conseguido contribuir para o processo de aprendizado daquelas pessoas que, até hoje, me valorizam por ter feito parte dessa conquista. Foi incrível e desafiadora essa experiência de ensinar pessoas adultas a ler e escrever, gente com diversos talentos e uma enorme bagagem de vida, porém, muitos desacreditados de si, devido à pouca ou nenhuma oportunidade que tiveram em suas vidas. A respeito da relação professor-aluno, Freire (2002), ressalta:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem. (FREIRE, 2002, p.58).

Posteriormente, no ano de 2006, passei em uma entrevista de emprego junto a uma empresa funerária que tinha uma filial em Redenção (Ce). Comecei a trabalhar como vendedora e me destaquei dentre do grupo de funcionários/as, tanto que, após seis meses trabalhando, fui convidada a mudar de função e passei a ser recepcionista. Depois de um ano em exercício, fiquei responsável por toda a filial, desde a parte de vendas até as atividades burocráticas. Neste período, fui desafiada pela empresa a fazer cursos para aprimorar meus conhecimentos, já tinha muita vontade, mas não era fácil, pois essas oportunidades só existiam em Fortaleza (Ce), então teria que pagar o curso e também transporte para me locomover. Foi, então, que a empresa propôs subsidiar metade do valor do curso e eu arcaria com as demais despesas, de modo que, a partir daí, me esforcei bastante no intuito de adquirir mais conhecimento, de modo que fiz cursos na área administrativa e também de informática. Após 04 (quatro) anos nessa empresa resolvi pedir demissão, pois queria dedicar mais tempo na educação de minha

filha que, na época, tinha apenas três anos de idade e começaria a estudar, portanto, necessitaria de minha presença, já que meu esposo também trabalhava. Esta foi a primeira e única experiência de trabalho que tive com carteira assinada. Atualmente, trabalho em um mercantil como atendente de caixa.

1.2 Início da formação acadêmica

Um dos meus sonhos era ser estudante de nível superior, por isso, não desisti, quando soube que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB seria instalada em minha cidade, Redenção (Ce), fiquei muito feliz, pois acreditei que poderia ter chance de ingressar em uma universidade pública e próxima de minha residência, de modo que, passei a estudar para me submeter ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de garantir uma vaga nesta instituição. Em 2011, fiz a prova desse exame, me inscrevi no Sistema de Seleção Unificada - Sisu, que é a porta de acesso à universidade e, em 2012, fui convocada para cursar o Bacharelado em Humanidades. A felicidade tomou conta de mim, chorei de alegria e agradei a Deus a oportunidade de realizar esse sonho. Nesse sentido, me utilizo das palavras de Paulo Freire, quando este diz:

Constato para mudar e não para me acomodar. Seria uma desolação para mim, se, enquanto ser humano tivesse de reconhecer a minha absoluta incapacidade de intervir eficazmente na realidade. Se tivesse de reconhecer que a minha aptidão de verificar não se alonga na de mudar o contexto em que verifiquei, provocando futuras verificações diferentes (FREIRE, 2000, p.42).

As aulas só tiveram início em janeiro de 2013, recordo que estava muito entusiasmada, tudo era novidade, sobretudo o ambiente acadêmico. Acreditei que os/as professores/as doutores/as me proporcionariam oportunidades para adquirir novos

conhecimentos. Enfim, aprendi que a Universidade é um lugar onde nós aprendemos a ser cidadãos melhores e aptos a discernir nosso papel na sociedade em que vivemos.

A UNILAB trouxe, por meio de alguns professores/as, o debate sobre o racismo anti negro, de modo que passei a lembrar de alguns momentos da minha infância da escola, do preconceito sofrido em função da minha cor, situações que julgava ter esquecido, e que não tinha intenção, ou seja, não desejava recordar-me. No entanto, chegou um dado momento em que percebi ser impossível não permitir que essas recordações viessem à tona. Isso se agravou, pois durante o primeiro encontro da disciplina de TCC I (em 2014), que tinha como orientadora, uma mulher negra, esta me questionou sobre o que eu pensava sobre o preconceito racial sofrido por crianças negras na escola, foi aí onde minhas lembranças de infância se afloraram em relação ao que sofri, dentro e fora da escola, por ser negra e pobre. Com o passar do tempo percebi que essa temática poderia ser o tema do meu TCC, e que tinha motivação suficiente para realizar tal pesquisa, e que poderia investigar sobre *O ser negr@ na perspectiva de crianças da Educação Infantil*, a exemplo que tinha ocorrido comigo.

Porque, o que se indaga é: o que se quer esquecer? Que passado é aquele que não se deseja que permaneça? Que lembranças mereceriam se perder nas dobras do tempo? Se, em um exemplo, percorrermos a arte, perceberemos que desde a menos festejada até a mais sofisticada, o que se deseja esquecer é o sofrimento, é a dor, a catarsis, a purgação das emoções (...). (SANTOS, 2009, p. 07).

Dessa forma, passei, então, a recordar de minha infância na escola, em relação aos insultos que sofria, por parte de outras crianças, pelo fato de ser negra, de família pobre e, ainda, por morar em uma localidade humilde. Eram constantes os xingamentos e apelidos como “neguinha”, “favelada”, “nega tição” e outros, que me deixavam envergonhada, humilhada na frente de todos. A exclusão por parte dos mesmos era evidente, principalmente em momentos em que deveria haver integração entre os/as alunos/as, como os trabalhos em equipe. Isso foi se tornando comum, a cada dia, e fui vivendo aquilo como se fossem atitudes “normais”. Às vezes, me achava tão inferior que chegava a conclusão de que estava em um lugar onde não deveria estar habitando, em meio a pessoas superiores a mim. Lembro que, ao ser insultada, comunicava aos/as professores/as e até a diretora da escola, mas infelizmente, na maioria das vezes, não

havia punição alguma, e isso se repetia não só comigo, mas com outros/as colegas que assim como eu, tinham a pele marrom e/ou negra.

Quando aparecia nos livros didáticos a imagem de algum negro/a, logo já acontecia as piadinhas endereçadas a quem fosse também negro/a.

A vinda de uma lembrança é um acontecimento. O esquecimento não é um acontecimento, algo que ocorre ou que se faz ocorrer. Obviamente que se pode perceber que se esqueceu, e nota-se isso num dado momento. (RICOEU, 2007, p. 508).

A partir do momento que iniciei minha graduação na UNILAB, passei a me interessar pelas discussões, em sala de aula, que tratavam da história dos negros no Brasil e do processo de luta contra o racismo, de modo que passei a fazer leituras de obras de autores/as que abordam o racismo, o preconceito e a discriminação. Dessa forma, passei a compreender acerca da importância e a da necessidade de estudar sobre o racismo na educação infantil, espaço onde pude presenciar e viver essa realidade tão humilhante. Para tanto, me apoio no pensamento de Silva (2009), quando esta afirma:

[...] o ato de pesquisar dá-se, portanto, implicitamente a partir da perspectiva de manutenção ou transformação de uma determinada realidade. Considerando que as demandas por temas de interesse das populações de descendência africana têm como princípio a relação entre sujeito e objeto, busca-se a superação do caráter universalista da ciência. (SILVA, 2009, p.13).

A partir daí, comprei, então, um livro que tratava justamente sobre o racismo vivido dentro de uma escola, e em meio aos relatos da autora e das entrevistas contidas na obra, de modo que me identifiquei como a vítima negra que sofreu o preconceito racial. Sobre o racismo, afirma (SILVA, 2001),

O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não têm papéis diversificados e que esse é o “*seu lugar*” na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização como “*seu lugar*” na sociedade. (SILVA, 2001, p. 40, 41).

Frente a tais acontecimentos, ou seja, partindo de minha história de vida, marcada pela dor de ser vítima racismo, ainda na infância, é que me interessei em desenvolver esse trabalho científico, de modo que trago a seguinte pergunta de pesquisa: *o que era Ser negr@ na perspectiva de crianças da Educação Infantil, no Distrito de Antônio Diogo, em Redenção (Ce)?*

Para tanto, reconheço a importância que a escola ocupa na perpetuação ou no enfrentamento do racismo, como afirma Kabengele Munanga (2005):

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15).

A escola é uma das instituições por onde a criança é inserida junto ao convívio social, é onde ela aprende seu papel como indivíduo, em meio a uma sociedade excludente. As crianças necessitam de uma educação igualitária, onde possam desenvolver comportamentos respeitosos junto aos seus pares, como afirma Cavalleiro (1998).

A possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor. (CAVALLEIRO, 1998, p.37).

Daí é que, para construir esse trabalho científico, busquei elementos em minha história de vida, das vivências que tive, uma vez que me dei conta de que, pelo fato de ser uma pessoa negra, fui vítima de racismo, dentro e fora da escola. Nesse contexto, me amparo nas palavras de Silva (2007).

[...] o desejo de pesquisar sobre o ser negro não brotou em mim quando decidi escrever um projeto de pesquisa com essa temática, na verdade estava impregnado em mim, mesmo eu não tendo essa consciência desde a infância. Querer aproximação com o ser negro foi se construindo nas relações com os pares. Foi ganhando corpo no agenciamento com a educação, nas dores causadas pelos preconceitos sofridos por ser negra num estado que historicamente nega sua ascendência africana [...]. (SILVA, 2007, p.11)

3. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A LEI Nº 10.639/2003 NA ESCOLA

Neste capítulo, farei uma reflexão sobre o sistema educacional, mais especificamente, sobre a Educação Infantil (EI) e sua relação com a Lei Federal nº 10.639/2003, que instituiu o ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Neste sentido, no decorrer desta análise, me deterei sobre alguns percursos históricos da Educação Infantil e algumas reflexões sobre os objetivos dessa área do ensino, em relação à socialização, desenvolvimento e conhecimento de mundo para as crianças. Para tanto, cabe refletir acerca das contribuições da Lei nº 10.639/2003 no universo infantil, de modo que, as crianças possam ter acesso ao conhecimento histórico e formativo de nossa realidade brasileira.

Refletir sobre as relações étnico-raciais no cotidiano escolar, e mais precisamente, na Educação Infantil, é uma necessidade, isso porque a criança se depara, logo nos primeiros anos de vida, com a realidade brasileira, no que se refere a sua diversidade social, cultural e étnica. Para tal reflexão, me apoio principalmente no pensamento de Kramer (2006), Faria (2002), Junior (2012), Rosemberg (2012), etc., pois estes/as dão suporte teórico para pensar sobre os aspectos que envolvem a Educação Infantil e, como o tema da diversidade e as relações étnicorraciais acontecem no contexto infantil e como essas questões são percebidas e tratadas por aqueles/as que fazem a escola.

O espaço educacional e, mais especificamente, o da Educação Infantil, como hoje conhecemos, passou a ser instituído nos moldes atuais, a partir da Constituição de 1988. Conforme Faria (2002) nos apresenta, é a partir dessa legislação que a Educação Infantil passa a ser delineada nos moldes democráticos, tendo como consequência a inclusão do debate acerca da formação social e cultural das crianças. Nesse contexto sobre o panorama da educação no Brasil, é interessante destacar que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, trouxe, para a educação, parâmetros básicos de ensino, sendo que, a partir desta agenda, a educação assumiu o caráter institucional que hoje temos em nossa sociedade. Nesse âmbito a criança passa a ser valorizada a partir de suas potencialidades e características próprias, isso porque, segundo a LDB nº 9.394/96, a criança foi reconhecida como um ser dotado de potencialidades e habilidades, como é

evidenciado no Art. 29, ao dizer da finalidade da Educação Infantil que é: “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Tendo também como perspectiva os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), esta passa a desempenhar um caráter formativo, na educação básica, compreendido com um período importante para o desenvolvimento da criança. Acerca dessa temática, Junior (2012) participa desse debate dizendo:

Ao qualificar creches e pré-escolas como instituições de natureza educativa, superando o escopo assistencialista predominante até 1988, a Constituição Federal atribuiu à educação infantil atuação especial e estratégica na satisfação dos conteúdos básicos de aprendizagem, nomeadamente valores e atitudes, ao lado dos conhecimentos e habilidades. (JUNIOR, 2012, p. 71).

Estudiosos/as apontam que o espaço da Educação Infantil é primordial para a criança, pois é nesse espaço que a adaptação, autonomia e conhecimento da realidade social e cultural brasileira passam a ser vivenciados por parte do público infantil, sendo que, nesse processo, diversos aspectos da vida infantil passam a ser moldados, de modo a expressar o caráter educativo e social que tem a Educação Infantil, conforme expressa o Conselho Nacional de Educação (CNE):

As propostas curriculares da educação infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis (CNE/CEB, n. 20, 2009).

Por sua vez, as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, atualizadas em 2009, apresentam uma ampla discussão e revisão de conteúdos e de premissas, a fim de propiciar os melhores caminhos para o desenvolvimento e formação inicial das crianças e, também, oferecer aos/as docentes os meios para se apropriarem de seus pressupostos metodológicos e, assim, evidenciar sua função, em sala de aula, que é o de proporcionar o conhecimento. Assim,

Desde então, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas

mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, 2010, p.7.).

Nesse sentido, Faria (2002) corrobora com o texto das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, no sentido de afirmar que essa área do ensino passa a ser um campo estratégico quanto às práticas formativas e básicas, referentes ao contato da criança com os diferentes aspectos da sociedade.

Já Ianni (2004), ao tratar do debate acerca da Educação Infantil, avança, ao afirmar que o Brasil foi colonizado por índios, africanos e europeus, o que significa dizer que o Brasil é marcado pela diversidade e pluralidade cultural e étnica, de modo que tais questões devem fazer parte dos conteúdos tratados no sistema educacional e, portanto, na Educação Infantil. Por sua vez, Rosemberg (2012) acirra o debate, ao ressaltar que, até então, o Brasil não trazia em sua agenda os direitos de negros, indígenas, e nem a multietnicidade que compõe o país, sendo tal situação alterada, a partir da Constituição (1998) e referendada pela LDB, de modo que estas questões foram colocadas em foco.

No Brasil, o reconhecimento da educação infantil, particularmente o da creche, como instituição pública no âmbito da educação foi sancionado pela constituição federal de 1988, a denominada “constituição cidadã” que, além do restabelecimento da ordem democrática, conferiu direitos a segmentos sociais negligenciados até então: as mulheres, os/as negros/as, os/as indígenas, os/as portadores/as de necessidades especiais, as idosas, as crianças e os adolescentes passaram a receber atenção especial. Além disso, reconheceu o país como pluri-racial e multilinguístico, incorporando o aporte de negros/as e indígenas ao patrimônio nacional. (ROSEMBERG, 2012, p. 18).

No contexto apresentado pela referida autora, a Educação Infantil elenca, em seu arcabouço histórico, um importante aspecto que é o de levar em conta a realidade cultural brasileira, sendo esta orientação proposta, a partir da Constituição de 1988, espaço em que as demandas da comunidade negra, indígena, passaram a ser tratadas. Júnior (2012) afirma que, dentro desse contexto, a Educação Infantil passa a ser um

espaço para o trato das temáticas que envolvem negros, índios e outras minorias sociais de modo que as crianças aprendam a lidar de modo respeitoso com a pluralidade etnicorracial e cultural da qual o Brasil é composto.

A natureza da Educação Infantil e o princípio da autonomia assegurado pela Constituição e pela LDB tornam especialmente desafiadora a tarefa de desenhar propostas de política educacional que auxiliem gestores, professores, profissionais de apoio e comunidades a fazerem de creches e pré-escolas um ambiente de aprendizagem da diversidade étnico-racial como pré-requisito para a construção de uma educação e uma sociedade igualitárias. (JUNIOR, 2012, p. 71).

A Educação Infantil nesse sentido passa a ser estratégica, uma vez que pode contribuir para a construção de uma base educativa não racista formadora de uma sociedade igualitária. O que está sendo posto em questão é a formação de cidadãos que consigam compreender a sociedade em que vivem e, no caso do Brasil, no que se refere à população negra, é entender e valorizar uma cultura formada a partir de África, com a inserção de africanos que para cá foram arrastados e colocados na condição de escravos. Conforme Ianni (2004), por muito tempo, essa história foi colocada em segundo plano, tendo em vista o Brasil ser um país marcadamente racista e fortemente ligado às elites europeias. No caso da Educação Infantil, o debate acerca da História e Cultura africana e afro-brasileira, foi “esquecido”, isso por que desde a criação da primeira república em 1889, até a ditadura de 1964, a Educação Infantil foi colocada à parte da agenda política brasileira, sendo tratada como um espaço destinado apenas ao *cuidar* de crianças sem nenhuma preocupação com a formação cidadã. Diante dessas questões, Rosemberg aponta a seguinte reflexão: “*A educação infantil brasileira constitui um subsector das políticas educacionais e um campo de práticas e conhecimentos em construção, procurando demarcar-se de um passado antidemocrático.*” (ROSEMBERG, 2012, p. 12).

Nesse contexto, a Educação Infantil passa a ganhar legitimidade, e é interessante compreender o caráter político que esse nível de ensino passa a exercer dentro do cenário brasileiro, desde o processo de sua criação, por conta das demandas do movimento negro, intelectuais e, também, das camadas sociais brasileiras mais abastadas. Kramer (2006), em seu escrito, defende que a Educação Infantil torna-se parte da grande discussão no Brasil atual que é composto por uma pluralidade cultural e

repleta de relações étnicorraciais, e deve, portanto: “*combater a desigualdade e considerar as diferenças é tarefa difícil embora necessária se a perspectiva que se objetiva consolidar é democrática, contrária à injustiça social e a pressão*” (Kramer, 2006, p. 800).

Na perspectiva abordada pela autora acima, se percebe que as discussões referentes à Educação Infantil são colocadas no sentido de compreender o Brasil, a partir da sua diversidade étnicorracial e cultural de modo que a formação de cidadãos aconteça como uma proposta de uma educação para a vida. Assim, é pertinente trazer para o cotidiano escolar da Educação Infantil o debate acerca das relações étnicorraciais e, para tal exercício, Munanga (2008) propõe a seguinte reflexão: “*Num país como o Brasil, ou melhor, em todos os países do mundo hoje pluralistas, as relações entre democracia, cidadania e educação não podem ser tratadas sem se considerar o multiculturalismo.*” (MUNANGA, 2008, pág. 53). Dessa forma, o autor propõe que sejam desenvolvidos, junto às crianças, debates sobre as condições de vida de negros, índios, ciganos, etc., de modo que estas possam perceber, desde muito cedo, a importância da cidadania e da educação para esses grupos. Silva (2007) participa desse debate corroborando com Munanga, ao dizer:

Nós, brasileiros oriundos de diferentes grupos étnico-raciais – indígenas, africanos, europeus, asiáticos –, aprendemos a nos situar na sociedade [...], por meio de práticas sociais em que relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas nos acolhem, rejeitam ou querem modificar. Deste modo, construímos nossas identidades – nacional, étnico-racial, pessoal –, apreendemos e transmitimos visão de mundo que se expressa nos valores, posturas, atitudes que assumimos, nos princípios que defendemos e ações que empreendemos. (SILVA, 2007, p.491)

Nesse contexto expresso por Silva (2007), o/a professor/a deve se voltar para o modo como se dão as relações étnicorraciais entre as crianças, ou seja, com quem as crianças brincam e brigam, que critérios as crianças utilizavam para fazer amizade, como as crianças escolhem os/as colegas, etc..

Nesse sentido, é necessário estabelecer relações entre o que propôs os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Lei nº 10.639/03, de modo que a criança possa, por meio do espaço educacional, relacionar diferentes

aspectos que são parte do processo social. Assim ela passa a conhecer e integrar-se com o diferente, perceber as diferenças existentes e começa a relacionar assuntos discutidos em sala de aula com sua vida. Conforme Faria (2002) a Educação Infantil é o espaço que a criança passa a lidar com as diferentes formas de integração e compreender a diferença. Assim, é interessante perceber que o trato dos temas culturas, raça/etnias, devem ser discutidas também na Educação Infantil, isso porque é, a partir da Educação Infantil, que a criança passa a desenvolver-se em distintos aspectos cognitivos, sociais e também na percepção do outro, e da cultura que o cerca. Assim Rosemberg (2012) destaca que:

Antes, as crianças estariam em limbo identitário? As pesquisas vêm mostrando, de modo recorrente, que, em torno, aproximadamente, dos 4-5 anos as crianças já desenvolveram algum tipo de conceituação ou identificação racial (Fazzi, 2004). Porém, é como se não tivéssemos crianças antes dos 7 anos, escolas antes do ensino fundamental, ou que fosse possível referir-se à identidade étnico-racial apenas a partir dos 7 anos de idade. (ROSEMBERG, 2012, p. 34)

A identidade cultural é parte essencial no processo de formação das crianças, e essa característica passa a ser expressa na própria etapa da Educação Infantil, sendo que não podemos ocultar o caráter educativo que é exercido nessa etapa educativa, de modo que diferentes aspectos identitários passam a ser evidenciados na relação da criança com a realidade social e cultural que compõe a sociedade. O interessante, nesse aspecto, é que a inserção das crianças na escola compõe uma fase de grande importância no processo de construção de identidades. Para Faria (2002), a criança passa a conhecer as diferenças que fazem parte do Brasil e questiona levantando questões tais como: *Porque o cabelo del@ é diferente do meu?, Por que a cor del@ é diferente da minha? Por que sou diferente do meu coleguinha?* E nesse contexto, diferentes aspectos que relacionam a cultura brasileira podem ser abordados sobre a relação da cultura africana e afro-brasileira como base de nossas identidades formativas.

Nesse sentido, a Lei nº 10.639/2003 tem, como interesse, estabelecer o debate sobre as relações étnico-raciais, dentro do cotidiano da escola, uma vez que as culturas formativas do Brasil, que foram, por muito tempo, abafados e, portanto, colocados em segundo plano, ou mesmo em plano algum, na discussão da formação educativa no Brasil. Nesse contexto, Gomes (2005), Santos (2005), Silva (2007), afirmam que a Lei

10.639/2003 traz, à tona, a realidade de um país diverso e repleto de pluralidades culturais que são à base de nossa cultura. Conforme Gomes (2005) a população negra, formada, a partir da inserção de africanos trazidos na condição de escravizados no período colonial, passaram a formar a base cultural brasileira. Ianni (2004), no entanto, destaca que a cultura negra, depois da colonização, foi colocada à margem da sociedade, e, tendo por consequência a exclusão dos ex-escravizados negros, e a inexistência de políticas de reparação e assistência, políticas essas que poderiam ter evitado as desigualdades, social e racial, que predominaram a partir da escravização que ocorreu no Brasil. Assim, a pauta sobre estas questões é de grande importância, no contexto da LDB, tendo em vista as políticas de reparação com a população negra. Daí que a Lei nº 10.639/03 apresenta o roteiro dos conteúdos a serem abordados no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL/MEC, 2003).

Essas diretrizes compõem parte dos objetivos voltados a evidenciar a comunidade negra e a pluralidade cultural desta, no território brasileiro, tendo em vista a contribuição africana para a formação cultural brasileira, de modo que estas questões passam a ser centralizadas no contexto escolar. Nesse aspecto, pensando a Educação Infantil, Rosemberg (2012) destaca que é de grande contribuição abordar as relações raciais e, mais especificamente, a cultura negra, no espaço escolar, de modo que o que pode ocorrer, é o conhecimento e valorização por parte das crianças, desde muito cedo, da História do Brasil e das culturas que fazem parte do país.

Discutir as relações étnicorraciais torna-se, portanto, parte das estratégias para o conhecimento e valorização, por parte das crianças, acerca da diversidade cultural e étnicorracial que compõe o Brasil. Nesse sentido, a Educação Infantil é de suma importância, pois visa a proporcionar às crianças o conhecimento sobre as diferenças que são partes da sociedade e a apresentar as culturas do Brasil, evidenciando a cultura africana e afro-brasileira como contributos para a formação cultural brasileira.

3. A SALA DE AULA - DO DESRESPEITO AO “SER NEGR@”

Para situar a pesquisa, apresento os/as estudantes do infantil V, grupo de alunos e alunas que contribuíram para minhas reflexões e para a construção dessas análises sobre o ser negr@ no espaço escolar e, mais amplamente, sobre o ser negro na sociedade, esta marcadamente racista e que de minuciosas maneiras evidenciam o racismo e a discriminação da população negra. Os/as alunos/as, 08 meninos e 09 meninas, estudam em um Centro de Educação Infantil, situado no Distrito de Antonio Diogo, a 11 km de Redenção-Ce.

A escola comporta 05 (cinco) turmas pela manhã e 03 (três) à tarde, e possui em seu corpo docente 07 (sete) docentes e 15 (quinze) funcionários, distribuídos em diferentes funções. A escola exerce o ensino nas turmas do Infantil III ao Infantil V. Nesse contexto situo a pesquisa que tem como enfoque, a observação participante como atenta Oliveira (2008) e, a partir de minha pesquisa, estive inserida de Setembro a Novembro de 2015 na escola buscando refletir sobre o que tem como enfoque este trabalho, que é a perspectiva do ser negr@ no ambiente da educação infantil.

Nesse meio, cria-se o espaço construído para pesquisa de modo que me instigou a reflexão sobre a construção e a percepção do ser negro nesta escola, percebendo o grande número de estudantes negros e que, em seus conteúdos programáticos, apropriam-se de leituras e de conteúdos didáticos que evidenciam a reflexão sobre o ser negro no espaço escolar. Conforme a pesquisa, ao que insere as crianças no espaço escolar, todos os dias, havia uma programação na sala, para dar início a aula, a professora colocava as cadeiras dos alunos, em círculo e todos cantavam músicas conhecidas dos alunos como meio de interagir uns com os outros e se conhecerem melhor, através de canções que envolvessem seus nomes. Nesse contexto, é que aprofundo a minha análise nos momentos seguintes.

MOMENTO 1

No primeiro dia de observação, fui apresentada, pela docente da turma, as crianças como a *Tia Meire*, e que ficaria com aquela turma por alguns dias na intenção de observar como eles se comportavam em sala, de como eram suas atividades no dia-a-dia, suas brincadeiras e que em outro momento, também conversaria e brincaria com o grupo. Entrei no círculo, a convite da professora, e participei da roda junto com eles. Depois, cada aluno/as se dirigiu para seu lugar junto à mesa e eu me coloquei no final da sala.

Nesta aula, a educadora fez uma dinâmica que envolvia palavras simples, tais como: casa, bola, etc.. de modo que as crianças tentassem reconhecê-las através do som, e também pediu que o grupo escrevessem no quadro, sílaba por sílaba, de cada expressão. O professor, como também a família e a comunidade, tem papel fundamental na mediação e incentivo da alfabetização e letramento das crianças, nas séries iniciais. Como afirma Albuquerque (2010):

O desenvolvimento da leitura de uma criança depende diretamente do meio em que ela está inserida (escola, comunidade), da sua orientação de letramento e do convívio com material escrito adequado. Certamente aprendemos a ler a partir do nosso contexto pessoal. E, por isso, temos que valorizá-lo para poder ir além. Entretanto cada criança possui um ritmo de aprendizagem, isto é, cada uma constrói seu conhecimento, apesar da metodologia aplicada ser a mesma. (ALBUQUERQUE, p.12,2010)

Logo após o recreio, as crianças retornam para a sala inquietos/as, suados de tanto brincar, e a forma de fazê-los/as relaxar, utilizada pela educadora, foi apagar as luzes do ambiente e contar uma boa história, mostrando as ilustrações que haviam no livro e, de fato, levou a turma a ficar totalmente atenta.

Notei, que durante a aula, todos/as me olhavam como se estivessem incomodados com minha presença, contudo, a professora sempre chamava a atenção deles/as novamente às atividades. Por vezes, tive receio de estar chamando muita atenção, pois percebia que as crianças demoram a se acostumar com a minha presença no ambiente escolar.

Percebi que havia poucos estudantes na sala, e soube através da professora, que é muito comum as crianças faltarem as aulas e que, segundo esta, o motivo da ausência de alguns, é o próprio desinteresse dos pais em mandar seus filhos a escola, outros

porque seus pais trabalham fora e a criança fica aos cuidados de avós que também não participam da vida escolar dos/as pequenos/as. Sobre essa questão, afirma Oliveira (2010):

A criança quando se sente desprovida de apoio familiar tende a apresentar certa apatia na aula, desinteresse pelas diferentes atividades propostas e problemas de relacionamento o que pode contribuir para seu fracasso escolar o que, também, pode ser considerado com um fator que auxilia neste distanciamento da família perante a escola. (OLIVEIRA, p.28, 2010)

Nesse sentido, avalio que não há como deixar toda responsabilidade da educação da criança apenas sobre a instituição escolar. Nesse sentido, faz-se necessária a contribuição da família para o sucesso escolar da criança. E a permanência do aluno/a nas aulas é primordial para o desenvolvimento de seu aprendizado.

MOMENTO 2

A partir do segundo dia, alguns/as alunos/as já me receberam com um sorriso e me acolheram com um abraço e um beijo; outros/as, porém, ficavam quietos/as a me olhar, tímidos com minha presença. Também percebi caras novas na sala, ou seja, estudantes que não tinham comparecido e, por certo, estranharam minha presença.

Por muitas vezes, quando a professora precisava sair, a turma se agitava, conversava, brigavam entre si, e depois recorria a mim para que resolvesse a situação dizendo: “- Tia, ele me bateu”; “- Tia ela me deu língua”; “- Tia ela disse que não gosta mais de mim, só porque eu não emprestei meu lápis a ela, olha aí, se eu estou usando, né tia?”. As crianças me chamavam a tia, tendo em vista minha presença, com mais frequência na escola, até mesmo os/as estudantes de outras salas me tratavam assim.

MOMENTO 3

A professora contou uma história do livro “*O reino das borboletas brancas*”², e, ao final da contação, pediu para as crianças expressarem o que entenderam da história, por meio de desenho. Eles/as deram início aos seus trabalhos e, quando terminaram vieram até a mim para mostrar seus desenhos, creio que esperando um

² Em anexo.

elogio. Nessa oportunidade, uma aluna chamada Janaína (negra), me mostrou desenho que havia produzido, percebi que havia desenhado uma menina na folha, e descreveu como sendo ela mesma, contudo a desenhou totalmente diferente de suas características físicas, pois seu cabelo era crespo, sua pele negra e, no desenho, estava uma menina de pele rosada e cabelos loiros. Perguntei a ela quem era aquela do desenho, respondeu que era ela mesma. É importante ressaltar que outros estudos (SILVA, G. 2007; CAVALLEIRO, 1998) já revelaram que esse tipo de comportamento manifestado por essa menina é, na verdade, algo bem comum entre as crianças afro, pois evidência de que as crianças negras, logo, ainda, em tenra idade percebem que são preteridas, frente às crianças brancas, em função da cor escura de sua pele.

Ao iniciar o processo de escolarização a criança negra se depara com o preconceito por não se enquadrar no modelo de branquitude legitimado pela sociedade. A criança negra começa a ser preterida devido a sua aparência, o fenótipo, a cor da pele, cabelo, a participação em religiões de matrizes africanas, posição social, entre outros. Esse preconceito está tão naturalizado que a própria criança negra incorpora uma mentalidade branca, rejeitando sua aparência e a cultura do seu povo [...] (ALGARVE, V. A, p. 01, 2006).

A partir desse dia, procurei ficar mais perto de Janaína e observar seu comportamento. Ela era meiga e se apegou muito a mim, vez por outra era surpreendida por ela, com um abraço, um beijo e elogios, como por exemplo: “- Tia você é linda”. Em uma dessas vezes respondi: “- Obrigada, nós duas somos lindas, não é? A nossa cor é igual, é linda, não é?”; Ela disse: “- É”. E lancei uma indagação a ela: “- Que cor nós somos?, “- Marrom” – ela prontamente respondeu. E eu falei: “- Sua mãe também é da nossa cor?” Percebi que ela se assustou com minha indagação, mas disse muito segura de si: “É, mas não é negra como as africanas não!” A tia é menos negra, eu e minha mãe também”. Contudo, tratou logo de fazer a seguinte ressalva: “- Mas o meu pai é branco!”. Frente a essa fala de Janaína é possível reafirmar que as crianças negras percebem o drama etnicorracial do qual fazem parte, e o privilégio que é ser branco numa sociedade racista anti negro:

No ambiente escolar a ausência de mecanismos de combate à desigualdade racial mantém vivos e atuantes aqueles utilizados para promovê-la. A escola é então apontada como um ambiente de reprodução de diversas formas de racismo e valorização do ideal

“branco”. As crianças aprendem, internalizam e reproduzem as representações racistas ali veiculadas. Muitas delas evidenciam o desejo de serem brancas [...] Esse desejo visto por muitos como uma negação de seu pertencimento étnico-racial representa na realidade a ânsia de se livrarem da dor que o racismo causa e vontade de ocuparem a posição tão privilegiada como é a da criança branca. (RODRIGUES, p. 9 - 10, 2010)

MOMENTO 4

Em outro momento, Janaína, a mesma aluna anteriormente citada, se mostrou curiosa para saber o que eu havia escrito em meu caderno de observações, e me disse que uma outra "tia" foi também à sala dela e escrevia algumas coisas no caderno³, me falou as características da professora e enfatizou: " ... *mas só que ela é branca*". Creio que, para a Janaína, eu passei a ser uma espécie de marcador, ou seja, alguém com quem ela poderia tratar da temática etnicorracial negra.

Ainda em meio a essa conversa, ela mostrou-me a figura de uma menina loira, em um livro e, então, eu aproveitei para perguntar-lhe: “- *Você gostaria de ser loira?*”, e ela respondeu: “- *Sim, porque quem é loira é bonita!*”. Então falei para ela que a cor da pele dela era linda e seus cabelos crespos também.

MOMENTO 5

Abordando a questão etnicorracial negra, a professora apresentou e leu o livro “Menina Bonita do Laço de Fita” da autora Ana Maria Machado, para as crianças, inicialmente a capa do livro não foi mostrada, pois, segundo a docente, era uma forma de instigar a curiosidade da turma e, também, de observar se na sequência da leitura, o grupo perceberia as características físicas da boneca e do coelho. Ao final da contação, foi pedido às crianças que falassem como era a boneca, e de fato, eles e elas relataram, com fidelidade, os fatos da história. Durante a leitura, foram exploradas questões como características que todos nós herdamos dos nossos pais e parentes, das particularidades de cada cor de pele, estatura, cabelo, lábios, etc.. As crianças demonstraram curiosidade e fizeram perguntas como: “*Tia, porque o coelho queria ser preto?*”, mas, por sua vez, teve quem dissesse: “*Tia, esse coelho é doido “é”?*” Essa indagação revelou que, para algumas crianças, o fato de que se desejar ser negr@ não é algo normal.

³ Creio que se referia a uma aluna estagiária.

Após esse debate, foi pedido aos alunos que desenhassem a menina da história e que colorissem exatamente como ela era. Ao final da atividade, percebi que a maioria das crianças ainda desenhou a boneca com cabelo não crespo e pintaram de cores diferentes da cor de pele original, ou seja, negra. A partir desse comportamento das crianças, é possível afirmar que:

No mundo infantil, ser considerado *moreno* ou *preto/negro* é significativamente importante e pode representar um tratamento diferenciado. Uma criança considerada *preta/negra* dificilmente escapa das avaliações negativas e comentários depreciativos associados a essa categoria, podendo sua auto-estima ser muito mais atingida do que as que se consideram e se *morena*. Um dos problemas dessa classificação baseada na aparência é o grau maior de incerteza quanto à manutenção da identidade racial *morena* e garantia de tratamento não discriminatório em outros contextos sociais, em outros grupos ou em outra etapa biográfica da vida do indivíduo. A não desvalorização da categoria *morena* torna o processo de identidade racial, durante a infância mais competitivo e complexo e, portanto, mais dinâmico. Quando a criança se torna adulta e estiver competindo por recursos econômicos, sociais e políticos, talvez ela sinta e descubra que ter sido classificada como *morena* não garante a eliminação do preconceito (FAZZI, 2000, p. 82).

Logo abaixo, exponho a capa do livro:



Imagem 1 – Retirado da internet.

MOMENTO 6

Em outra aula, foi abordado o dia da Bíblia. A docente conversou com os/as alunos/as, indagando-os/as sobre qual era o conteúdo do livro. Alguns responderam que falava de amor, de Deus, da criação do mundo, animais, dos seres humanos.

Ao fim dessa discussão, sugeri que a professora pedisse para a turma desenhar sua família, em uma folha de papel branca e colorissem a pele e cabelos. Isso porque queria saber como todos eles e elas identificariam os/as parentes. E, mais uma vez, pude observar que todos/as os/as discentes, inclusive as crianças de pele negra, pintaram suas família com a pele clara.

Tal episódio, exposto logo acima, se assemelha ao estudo científico, citado por Godoy (1996) e que ocorreu nos Estados Unidos, onde foi pedido para que crianças negras colorissem desenhos em uma folha de papel, como se fossem eles e elas, sendo ainda enfatizado que deveriam pintar da mesma cor que eles/elas eram, percebeu-se que:

As crianças, normalmente coloriam de forma mais clara do que eles realmente eram. Os de 5 anos pintavam de forma realista, 80% das vezes, mas 20% das vezes eles também coloriam de modo fantasiado, usando amarelo ou branco, ou de modo incomum, usando tal qual o verde ou vermelho.(GODOY,p. 37, 1996)

Tendo como base nas constatações feitas por Godoy (1996), creio que as crianças negras participantes desse meu estudo evitaram pintar seus parentes com a cor preta e/ou marrom em função da associação estereotipada e preconceituosa que aprenderam a fazer a pessoas de pele escura. Por sua vez, o mesmo não ocorreu com os/as discentes brancos/as que evidenciaram pertencer a famílias brancas.

MOMENTO 7

No dia 20 de novembro, dia em que é comemorado nacionalmente o Dia da Consciência Negra, realizei minha última intervenção na escola. Diante das observações desenvolvidas, nessa sala de aula da Educação Infantil, em que pude perceber a desvalorização do ser negr@ é que decidi desenvolver, junto às crianças, uma oficina para confecção de Bonecas Abayomi, bonecas africanas produzidas com tecidos sem

costura nenhuma. Segundo o grupo Afreaka⁴, as Abayomi foram criadas por mulheres negras, escravizadas com a intenção de:

[...] acalentar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim. Sem costura alguma (apenas nós ou tranças), as bonecas não possuem demarcação de olho, nariz nem boca, isso para favorecer o reconhecimento das múltiplas etnias africanas.

Neste dia, contei para as crianças a história dessas bonecas, sua origem e significado para o povo negro, a fim de fazê-las entender um pouco da história de resistência da população negra, frente ao processo de escravização e, em particular, o sofrimento e a preocupação das mães com suas crianças. Enfatizei ainda as Abayomi fazem parte da afirmação das raízes da cultura brasileira e, também, do poder e determinação das mulheres negras, dessa forma,

(...) trabalhar as relações étnicas raciais por meio da construção das bonecas abayomi, abre possibilidades para novas situações pedagógicas em que o aluno possa construir valores, transformar pensamentos discriminatórios, sem imposições. Construir seus conhecimentos e acima de tudo exercer seus atos de cidadania, compreendendo que somente pelo respeito ao próximo criará novos significados para transpor barreiras que ainda persistem nos espaços escolares acerca das relações étnicas raciais. (CRUZ E SILVA, p.4, 2012).

Em seguida exibi um vídeo em que se contava toda a história das bonecas Abayomis, de forma lúdica, para que as crianças aprendessem mais do processo de identificação das raízes africanas. No vídeo, também ensinava como fazer a boneca. Confeccionei as Abayomis, junto com crianças, ensinando-as e demonstrando como trabalhar as diferenças raciais, na construção de uma boneca totalmente negra e o

⁴ Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/bonecas-abayomi-simbolo-de-resistencia-tradicao-e-poder-feminino/>. Acesso: 15 de março de 2016

porquê de termos escolhido as Abayomis como representação da cultura afro-brasileira, já que as mesmas não têm olhos, boca e nariz. Ao final da atividade, perguntei se haviam gostado da atividade, todos responderam que sim. Indaguei às crianças se eles sabiam quem eram os africanos, um deles respondeu: “- *É gente preta!*”; outro disse: “- *É preta igual a boneca da tia!*”.

De todo exposto, compreendi que, no cotidiano escolar, as práticas da sociedade são dinamizadas, na vivência das crianças. Refleti também a partir do Centro de Educação Infantil, analisado durante a pesquisa e, mais especificamente, os 08 alunos e 09 alunas do infantil V, que a construção do conhecimento prático ocorre, na medida em que as crianças desde muito cedo, são apresentadas à diversidade, e essa diversidade passa a ser expressiva, a partir da própria realidade que essas crianças vivenciam. Tomando como pressuposto a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) tendo como sede Redenção-Ce, percebo que as discussões e reflexões sobre o ser negr@ estão cada vez mais em debate, tomando como questão a inserção de africanos e africanas que estão inseridos nos espaços de todo o maciço de Baturité e, nesse espaço, onde o Distrito de Antonio Diogo está inserido.

Nesse contexto, a reflexão do ser negr@, em nossa sociedade, passa a ser insurgente e, o interessante é perceber que a própria percepção da criança em ser negra, familiares, etc.. colocam a criança a se identificar nas identidades negras e, a partir dessa discussão, o que se coloca é a própria valorização e reconhecimento da criança de sua realidade ser diversa e que a comunidade negra é expressiva nos mais amplos âmbitos sociais e culturais. A reflexão das crianças sobre o ser negr@ torna-se importante, na medida em que estas se apropriam das observações e passam a reconhecerem o negro, enquanto agente social e cultural, dentro de um panorama de uma sociedade plural e etnicamente diversa, culturalmente, sendo que a comunidade negra possui um significativo contributo no cotidiano dos cidadãos e cidadãs de Antonio Diogo, de Redenção e do Brasil plural que estamos inseridos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o Ser Negr@ na sociedade brasileira, coloca-me a pensar sobre a importância que a comunidade negra exerceu e exerce na construção do Brasil, país este que, desde seu “descobrimento”, é marcado por desigualdades e por discriminações. Da escravização dos indígenas ao tráfico transatlântico de africanos, no espaço brasileiro ao longo do século XVI, percebe-se que os negros e negras são inseridos/as de modo desigual frente à comunidade branca. Tomando como pressuposto as diversas discriminações e desumanizações impostas ao negro/a, estes/as passaram a buscar diferentes modos de resistências e, assim, ressignificar sua presença, no espaço brasileiro e, nesse contexto, para além da pigmentação da pele, os/as negros/as evidenciam sua contribuição de diferentes maneiras na sociedade brasileira. Seja na culinária, nas religiosidades de matrizes africanas, nas formas de representações culturais e sociais, os/as negros/as evidenciam importantes contribuições para refletir sobre o Brasil multicultural.

A lei 10639/2003, traz em questão, a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira nos espaços escolares e, nesse recorte, é interessante compreender a importância deste estudo para a educação do que é ser negr@ na sociedade brasileira, de modo que o reconhecimento da comunidade negra nas diferentes searas sociais evidencia que os/as negro/as foram e são, sim, agentes sociais importantíssimos para a formação da sociedade brasileira, e a valorização da contribuição negra no Brasil deve ser constantemente parte do processo de reflexão da geração de nosso país. Analisar essas questões, é bastante válido no espaço escolar, pois, traz à tona a apresentação e a compreensão dos/das estudantes sobre os povos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira e, que, hoje, evidenciam importantes traços culturais e sociais que expressam o Brasil afro-brasileiro e o Brasil Negr@. Sabe-se que a Lei nº 10.639/2003 obriga o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, contudo, na prática, nota-se que se faz necessário o conhecimento e aprofundamento da mesma por parte dos educadores, para que, assim, as relações étnicorraciais sejam trabalhadas de forma correta e constante, com a finalidade de amenizar o preconceito e racismo dentro das escolas.

Tomando como ponto reflexivo a pesquisa realizada no Centro de Educação Infantil, analisado durante a pesquisa, percebi, através destas atividades e da convivência em sala, o quanto as escolas e os educadores ainda precisam fazer para despertar a consciência dos alunos, iniciando na Educação Infantil, a respeito da valorização dos povos negros, da cultura africana e afro-brasileira, na sociedade, de modo que, constantemente, estes/estas são colocados a utilizar de diferentes práticas didáticas, ações pedagógicas da valorização da cultura negra, como parte fundante e elemento preponderante para a cultura brasileira.

Nesse sentido, percebo que diversos desafios são postos aos educadores/as de modo que consigam promover a discussão sobre o ser *negr@* na sociedade brasileira, junto às crianças, de modo que estas/es são futuros/as leitores/as da realidade que vivem e, nesse contexto, a tolerância e respeito para com a História da população negra brasileira é de grande importância, no intuito das crianças já estarem se apropriando de visões de mundo que modifiquem a sociedade, sociedade esta que, de demasiada maneira, é racista e discriminatória, e que as relações étnicorraciais, muitas vezes são colocadas como secundárias, tendo em vista outras pautas direcionadas para a educação.

Refletir sobre o ser *negr@* no espaço escolar, e mais especificamente na Educação Infantil é bastante válido na medida em que se percebe que a prática do ensino da cultura afrodescendente é passível de ser trabalhada, dentro da sala de aula e com crianças, mesmo nas séries iniciais, sendo que estas/es demonstram interesse e flexibilidade para compreender e respeitar as diversidades e realidades diferentes da deles/delas e, também, passam a se identificarem como negros/as, na sociedade brasileira.

Na proposta das reflexões geradas por este trabalho, o propósito é perceber que é possível sim refletir sobre o ser *negr@* na Educação Infantil, de modo que a essa recorre-se na intenção de formar cidadãos/ãs conscientes da realidade em que vivem. E na Educação Infantil, discutir sobre o ser *negr@*, sobre a diferença, sobre a diversidade que compõe o Brasil é pertinente de modo que as crianças passam a demonstrar atenção e interesse por estas questões e, nesse sentido, as crianças tornam-se agentes sociais críticos/as do processo da comunidade negra no Brasil e de suas contribuições para com

a cultura e historia de nosso país. A transformação gerada, a partir da reflexão do ser negr@ na sociedade é algo insurgente, tendo em vista que o Brasil é marcadamente um país negro e que, ao longo de séculos, foi ocultado o contributo negro ao Brasil, enquanto cultura, economia, etc. Para além destas questões, é pertinente refletir sobre o ser negr@ no intuito de transformação de mentes, a fim de diminuir as incidências de racismos, exclusões e discriminações que ainda assolam a comunidade negra e ainda assolam o Brasil, que é diverso e que merece ser valorizado por sua pluralidade cultural e étnica.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Michele Pereira. **A leitura e a atuação do professor das séries iniciais**. Porto Alegre. 2010

ALGARVE, V. A. **A leitura da cultura negra possibilitando a construção e valorização de identidades**. 2006. Disponível:
http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/sem03pdf/sm03ss10_06.pdf

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. de 26 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em:
<http://www.portalsas.com.br/portal/pdf/Diretrizes-Curriculares-Nacionais-para-a-Educacao-Infantil.pdf>. Acesso em: 01 Nov. 2015.

_____. Parecer n. 20, de 11 de novembro de 2009. *Diário Oficial República Federativa do Brasil*, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 9 dez. 2012, seção 1, p.14. [[Links](#)]

BRUST, Josiane Regina. "A influencia da afetividade no processo de aprendizagem de crianças nos anos iniciais do ensino fundamental." *Revista Centro de Educação, Comunicação e Artes* (2009): 14-44.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. P.37. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____. Eliane. Educação Anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

Costa LO, Carvalho EBS, Ribeiro ECM, Suliano DC, Sales RS, Miro VH, et al. **Perfil populacional do Ceará. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE; 2010.**

CRUZ, Maria Claudene da Silva. SILVA, Denise Sena da. **Bonecas Abayomi: Uma Proposta Lúdica para Trabalhar as Relações Étnicas Raciais na Escola**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas – 2012.

FARIA A. L. G. **Educação pré-escolar e cultura. Por uma pedagogia da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2ª ed. Editora da Unicamp, 2002.

FAZZI, Rita de Cássia. **Preconceito racial na infância**. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. UNESP, 2000.

GODOY, Eliete Ap. de . **A representação étnica por crianças pré-escolares: um estudo de caso à luz da teoria piagetiana**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In, **Educação antirracista: caminhos abertos**

pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e pesquisa, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

IANNI, Octávio. **A dialética das relações raciais**. Disponível em: <<http://www.sociologia.com.br/arti/colab/a16-oianni>> . Acesso em: Abril, 2016.

JUNIOR, Hélio Silva. Anotações Conceituais E Jurídicas Sobre Educação Infantil, Diversidade E Igualdade Racial. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais** /Maria Aparecida Silva Bento (Org.). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012

KRAMER. S. **As Crianças de Zero a Seis Anos no Brasil: educação infantil e/é fundamental**. Edu. Soc. Campinas, v. 27 n. 96, p. 797-918, out. 2006.

MENEZES, Suzana. **O resgate de antigas brincadeiras nas escolas privadas de Goiânia**. p.11. Brasília, 2005. Monografia – Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo.

MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília : MEC/SECAD, 2005.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte. Autêntica,2008.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características**. Revista Travessias, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2008.

OLIVEIRA, Rejane P. **Escola, Desempenho, Família: Relações que se constroem**. Trabalho de Conclusão do curso de Pedagogia da universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

PETIT, Sandra Haydée. **Dos frutos Paralelos de uma Pesquisa.** Revista do Departamento de Psicologia – UFF, Rio de Janeiro, v. 13, n. 01, p. 125-144, 2001.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Ed. da Unicamp, Campinas, SP, 2007.

RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. **Educação das relações raciais no Distrito Federal: desafios da gestão.** Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Criança Pequena E O Direito À Creche No Contexto Dos Debates Sobre Infância e Relações Raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais** /Maria Aparecida Silva Bento (Org.). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

SANTOS, Aria dos. **Educação Ambiental no Livro Didático: Análise dos Manuais Da 4.ª Série do Ensino Fundamental Adotados nas Escolas Públicas Brasileiras,** 2006, 241 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2006.

SANTOS, Márcia Pereira dos Santos. **O sensível acesso ao passado: a memória e o esquecimento.** 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0480.pdf>, Acesso 05 set 2015.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador : EDUFBA, 2001.

SILVA, Geranilde Costa e. **O uso da literatura de base africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro.** Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais.** In.: Educação, Porto Alegre/RS, ano XXX, n.3 (63), P.489-506, Set./Dez. 2007

SILVA, Rebeca de Alcantara e. **A menina e o erê nas viagens ao ser negro/ser negra: uma pesquisa sociopoética com educadores em formação.** 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

1- ANEXOS



Nas viagens que fiz pelo mundo das fantasias, visitei um reino muito interessante: O Reino das Borboletas Brancas!

Lá tudo era branco, e o que não era, ficava num cantinho esquecido.

As graciosas borboletas só beijavam a flores brancas que, orgulhosamente, tremulavam à brisa fresca.

Um dia, nasceu no reino uma linda borboletinha que, por sua candura e mimo, chamou a atenção de todos. Até sua majestade, a rainha, foi vê-la.

A linda borboleta ia crescendo muito saudável, alva, sempre cercada de brancos carinhos. Ao dar seu primeiro passeio, ela se deslumbrou com o esvoaçar das borboletas por sobre as flores, porém, apenas sobre as brancas.

Percebeu a tristeza das outras...

- Oh! Como são lindas, diferentes!

Curiosa, se perguntava:

- Por que as borboletas só beijam as flores brancas? Por que as coloridas estão plantadas em cantos tão distantes e reservados? Será que minhas irmãs não percebem a beleza dessas flores?

No caminho de volta, reparou em uma flor azul.

- Que esplendor! Que pétalas! Que perfume!

Ah! Ela não resistiria. As outras que beijassem as brancas. Pousou na flor e nela depositou um terno beijo.

Que surpresa! A flor, que nunca havia sido beijada, ao contato de sua boquinha, ficou ainda mais bela.

Em sinal de agradecimento, a flor deixou rolar de uma de suas pétalas uma gotinha ainda fresca de orvalho para as asas de sua gentil admiradora. A gotinha se espalhou e tingiu as asas da borboleta de um azul muito delicado.

O susto foi geral!

-De onde surgiu essa borboleta azul?

- Como entrou aqui? Quem permitiu?

Foi difícil esclarecer.

Seus pais repreenderam-na, mas gostaram da nova cor.

Logo, outras borboletinhas, encantadas com a cor da amiguinha seguiram seu exemplo. Começaram a beijar flores amarelas, rosas, vermelhas. E ganhavam também gotinhas de orvalho e se tornavam amarelas, rosas, vermelhas...

Havia, ainda, a que beijavam flores diversas e se tornavam multicoloridas, de um tom delicado, transparente.

Que alvoroço! O que estava acontecendo? Precisavam informar as ministras do reino, que, por sua vez, informariam a rainha.

- Majestade, venha ver! O reino das borboletas brancas está desaparecendo!

Precisamos tomar sérias providências.

A rainha saiu às ruas e, boquiaberta, olhava suas pequenas súditas num bailado alegre e colorido pelo ar. Nunca vira nada tão belo!

As ministras esbravejavam e exigiam providências. As borboletas coloridas caprichavam no bailado. Alternavam-se, ora azuis, amarelas, rosas, vermelhas, multicolores, fazendo reverência à rainha.

Não me lembro quanto tempo durou o espetáculo, mas, quando parti, o reino já não tinha o mesmo nome.

Agora se chamava “O Reino das Borboletas coloridas”.